

Valor justo como mecanismo de mensuração de ativos e passivos: A percepção dos contadores do estado de Pernambuco**Fair value as a mechanism for assessment of assets and liabilities: The perception of accountants in the state of Pernambuco**

DOI:10.34117/bjdv6n7-459

Recebimento dos originais: 13/06/2020

Aceitação para publicação: 17/07/2020

Alex de Oliveira Serafim

Mestrando em Controladoria pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Rua Dom Manuel de Medeiros, Recife- Pe
alexolliveira@msn.com

Ilka Gislayne de Melo Sousa

Doutora em Ciências contábeis pela Universidade de Brasília- UnB
Universidade Federal da Bahia- UFBA
Avenida Reitor Miguel Calmon, s/n, Canela Salvador
ilkacarter@hotmail.com

Lavoisiene Rodrigues de Lima

Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília - UnB
Centro Universitário do Vale do Ipojuca- Unifavip
Avenida Adjar da Silva Casé, Caruaru - Pe
lavoisiene@hotmail.com

Sammara de Lima Cordeiro

Mestre em Gestão Empresarial – FBV
Centro Universitário do Vale do Ipojuca- Unifavip
Avenida Adjar da Silva Casé, Caruaru - Pe
sammaraprofessora@outlook.com

Felipe Ferreira da Silva

Especialista em Contabilidade e Controladoria Empresarial
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Av. Professor Moraes Rego, 1235, Recife - Pe
feliipe.ferreira@live.com

Jadilson Nascimento de Lima

Especialista em Auditoria e Controladoria
Unifavip - Wyden
Centro Universitário do Vale do Ipojuca- Unifavip
Avenida Adjar da Silva Casé, Caruaru - Pe
jadilsonlima94@gmail.com

Arquiza Mirele da Silva

Graduanda em Administração

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

Av. Professor Moraes Rego, 1235, Recife - Pe

arquiza_2012@hotmail.com

RESUMO

A Mensuração a Valor Justo segrega os ativos e passivos em três níveis e possui critérios específicos para avaliação dos itens em cada um dos níveis. Devido a sua subjetividade, existe uma ampla discussão sobre a utilização do mesmo, diante disso, este estudo traz em sua estrutura o entedimento de vários autores pesquisadores do assunto, além de evidenciar a percepção dos contadores do estado de Pernambuco sobre a utilização do Valor Justo como mecanismo de mensuração de ativos e passivos. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com características qualitativas e quantitativas, e para realização da mesma, empregou-se o método dedutivo. Fazendo uso de um questionário de pesquisa os dados foram colhidos e tratados por meio do Método Probit, onde observou-se que a maioria dos contadores pesquisados acreditam que a mensuração a Valor Justo trata-se de um método eficiente, porém complexo e que exige conhecimentos muitas vezes não adquiridos durante a graduação.

Palavras-chave: Informações Contábeis; Valor Justo; Mensuração Valor Justo; Percepção dos Contadores

ABSTRACT

Measurement at Fair Value segregates assets and liabilities into three levels and has specific criteria for evaluating items at each level. Due to its subjectivity, there is a wide discussion about the use of the same, in front of this, this study brings in its structure the study of several authors researchers of the subject, besides evidencing the perception of the counters of the state of Pernambuco on the use of Fair Value As a mechanism for measuring assets and liabilities. It is an exploratory research, with qualitative and quantitative characteristics, and for its accomplishment, the deductive method was used. Using a research questionnaire the data were collected and treated using the Probit Method, where it was observed most of the counters surveyed believe Measurement at Fair Value that it is an efficient but complex method requires knowledge that is often not acquired during graduation.

Keywords: Accounting Information; Fair value; Fair Value Measurement; Perception of Counters

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais objetivos da Contabilidade é o fornecimento de informações que reflitam a situação econômico-financeira das entidades e sejam úteis à tomada de decisões dos seus usuários (MELLO E ARAÚJO, 2015). E, por isso, faz-se necessário que mudanças sejam feitas para que a cada tempo, as informações geradas sejam tempestivas e úteis.

O mercado atual exige do profissional graduado em Ciências Contábeis conhecimentos técnicos-científicos que estejam relacionados à área e que possibilitem ao mesmo o desenvolvimento das competências necessárias ao pleno desempenho da função de contador. Entre essas competências, encontra-se a utilização dos mecanismos contábeis estabelecidos pelas normas internacionais, os quais visam harmonizar as práticas contábeis no contexto mundial. A Mensuração a Valor Justo

(MVJ) por sua vez é um desses mecanismos estabelecidos por tais normas; contudo, é objeto de muitas discussões. Melo et al. (2012) comentam que o debate sobre Valor Justo não é recente, e que, em consequência à crise mundial de 2008, uma gradual discussão sobre o assunto ocorreu. Sayed e Salotti (2015, p.1) complementam o entendimento de Melo et al. (2012) quando discorrem que “sempre houve grande discussão sobre as bases de mensuração empregadas para a contabilização de ativos e passivos.”.

Com a convergência às normas contábeis internacionais, expressivas alterações ocorreram na contabilidade brasileira, inclusive na mensuração e evidenciação de ativos e passivos. Diante disso, é necessário que o profissional da contabilidade busque a constante atualização de seus conhecimentos, para que venha a atuar em conformidade com os parâmetros estabelecidos.

Sá et al. (2015) destaca que o processo de convergência foi alavancado com a Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que é decorrente do Projeto de Lei nº 3. 741/2000. Onde, nesse intermédio, entre a criação do projeto de lei e a própria criação da lei, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criação essa que foi resultado da união de esforços de diversos órgãos, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI).

O CPC por sua vez, apoiado nas normas internacionais, emitiu diversos pronunciamentos contábeis, entre eles, o de número 46, o qual enfatiza que a mensuração do Valor Justo é baseada em mercado e não é uma mensuração específica da entidade. Além disso, o CPC 46 esclarece que para ativos e passivos, que tenham ou não tenham informações e transações de mercado, o objetivo da MVJ é estimar o preço pelo qual deve ocorrer a transação, seja ela de venda de um ativo ou transferência de um passivo.

Estudos como os de Mendes, Niyama e Silva (2014) e Barreto, Murcia e Lima (2012) enfatizam que a discussão sobre os mecanismos de mensuração contábil é vasta e vem acontecendo ao longo do tempo.

Muitos acreditam que o Valor Justo, por fornecer maior transparência e informações mais relevantes, representa melhor a posição financeira das organizações, enquanto que outros acusam o método de complexo e com pouca confiabilidade, além de ser subjetivo e passivo de manipulações por parte da gerência. Diante disso, questiona-se: **Qual a percepção do contador do estado de Pernambuco quanto a utilização do Valor Justo como mecanismo de mensuração de ativos e passivos?**

Buscando responder a este questionamento, esta pesquisa busca evidenciar o entendimento e as respectivas percepções dos contadores do estado de Pernambuco quanto a utilização do Valor Justo como ferramenta de mensuração de ativos e passivos. Além disso, ainda apresenta-se concepções

sobre o conceito e particularidades de Valor Justo, os quais foram extraídos de estudos anteriores, e, por meio de dados descritivos, evidencia-se as conclusões sobre o conhecimento dos profissionais no contexto analisado quanto ao assunto proposto.

Diante dessa abordagem, este trabalho possui relevância acadêmica por servir como propulsor da discussão sobre tão relevante assunto para discentes e pesquisadores, uma vez que constata-se a pouca exploração científica nessa linha. Quanto a contribuição social, destaca-se a aplicabilidade do estudo, já que o mesmo abrange a mensuração de ativos e passivos, o que reflete diretamente no patrimônio das organizações. Já em relação a sua contribuição para o meio profissional destaca-se a consideração às opiniões dos profissionais contábeis do estado de Pernambuco quanto a este método.

Outros estudos sobre o Valor Justo foram realizados, mas em sua maioria, versam sobre Valor Justo aplicado aos instrumentos financeiros. Ionascu (2012) aborda os efeitos do uso do Valor Justo na precisão das previsões dos analistas para as companhias listadas no *Bucharest Stock Exchange* (BSE); Melo et al. (2012) discorre sobre a opinião dos contadores e professores, de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis de todas as regiões do país, acerca da mensuração a valor justo, conforme normas do FASB e do IASB.

Ainda sobre Valor Justo, Lustosa (2010) aborda a definição de Valor Justo e a respectiva estrutura da mensuração a Valor Justo presentes na SFAS 157 e discorda das definições apresentadas pelos órgãos, assim como das técnicas de avaliação que são estabelecidas. Mendes, Niyama e Silva (2014) tratam da percepção dos auditores em relação à mensuração do Valor Justo dos instrumentos financeiros complexos nível 3 em instituições financeiras nos aspectos de relevância, mensuração de estimativas e avaliação do risco de auditoria.

E, por fim, o estudo de Fonseca (2009) discute os impactos decorrentes da classificação dos planos de opções de ações a empregados como instrumento de patrimônio e do consequente registro do Valor Justo calculado na data da outorga versus o Valor Justo atualizado a cada data de balanço, como é adotado, atualmente, para os planos classificados no passivo. Estudo esse que concluiu que os planos classificados no passivo representam valores mais próximos dos valores dos benefícios recebidos pelos empregados do que os planos classificados no Patrimônio Líquido e resultou-se numa divulgação mais relevante para os usuários das informações contábeis. Além disso, Barth (2000) apud Almeida (2007) enfatiza que a utilização do Valor Justo está entre as questões contábeis mais importantes que devem ser discutidas na atualidade.

O diferencial deste trabalho encontra-se na sua abordagem, já que o mesmo traz exclusivamente a percepção do Contador do estado de Pernambuco, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) quanto a utilização do Valor Justo. Onde, por meio da utilização de técnicas de pesquisa de campo e análises estatísticas, é evidenciada a percepção do

profissional da contabilidade do estado de Pernambuco, no que tange a utilização do Valor Justo como mecanismo de mensuração de ativos e passivos, conforme determina o CPC 46.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA DA MENSURAÇÃO

O fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que venha a propiciar as decisões, é o objetivo da Contabilidade. Iudícibus (2010) complementa que, para que esse objetivo venha a ser alcançado, a correta mensuração dos recursos talvez seja o ponto mais importante para a adequada apresentação da situação da entidade no que tange aos aspectos econômicos e financeiros. Sobre mensuração, Da Cunha Silva Filho, Martins e Machado (2013, p. 3) explicam:

São várias as formas de se medir o patrimônio de uma empresa, desde o custo histórico, passando pelo custo corrente e pelo valor líquido de realização, e chegando ao valor presente dos fluxos de caixa futuros. Portanto, diversas são as possibilidades de mensuração e muito se tem discutido sobre a medida mais eficaz para aproximar ao máximo a informação contábil à realidade econômica do que se pretende informar.

A Mensuração a Valor Justo (MVJ) vem ganhando apoio para avaliação, principalmente no cenário internacional, uma vez que acredita-se que essa é uma base de mensuração que possibilita maior credibilidade no que diz respeito às informações disponíveis nos relatórios da entidade, e, reflete a realidade econômica financeira da mesma (DA CUNHA SILVA FILHO, MARTINS E MACHADO, 2013).

É por meio da mensuração que são geradas informações que embasam as decisões, logo, a qualidade de uma decisão está intrinsecamente ligada à qualidade da mensuração realizada. Stevens (1968) apud Relvas (2008, p. 2) explica que “mensuração é a atribuição de números a objetos ou eventos de acordo com as regras”.

Toda mensuração consiste num processo de aproximação da realidade, ao qual, a subjetividade é inerente. Ainda segundo Relvas (2008), muitos outros pesquisadores ao estudarem a mensuração contábil, exploram trabalhos de Stevens (1946, 1951 e 1968) que abordam este assunto.

As Mensurações a Valor Justo nem sempre derivam de transações reais entre partes relacionadas, e nesse sentido, Pettersson et al. (2009, p. 246) enfatiza que “o que se espera, portanto, é que para determinados ativos e passivos essa seja a base recorrente de mensuração, enquanto para outros o custo histórico, por ser mais verificável, continuará ser aplicado.” Ainda sobre mensuração, o mesmo autor explica que o objetivo da mesma é determinar o preço de saída de um ativo ou passivo.

Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009) complementam que, em contabilidade, mensuração diz respeito aos procedimentos utilizados para atribuição de números aos eventos, objetos ou

fenômenos, baseado em regras definidas. Para que um item venha a ser mensurado, é necessário que o mesmo tenha um atributo relevante o qual possa ser quantificado em unidades monetárias, de forma que possua suficiente fidedignidade. Tal atributo consiste nos aspectos ou traços característicos de um elemento.

Embora não exista um entendimento unívoco entre os teóricos, a mais predominante posição é que a mensuração contábil (em moeda) está efetivamente relacionada com a Teoria da Mensuração (RELVAS, 2008).

Além disso, Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009) destacam que operacionalizar um sistema de mensuração, de fato, significa a proposição e consequente utilização de um sistema de escalas, o qual é derivado das regras de atribuição numérica.

2.2 CUSTO OU VALOR?

Denomina-se de valor a recompensa que se obtém como resultado do sacrifício incorrido em atividades econômicas.

Para diferenciar custo de valor, Melo (2012) em seu trabalho traz o exemplo de um estudante de doutorado, o qual, ao longo do seu curso teria diversos custos, entre eles: custo familiar, psicológico, espiritual e econômico. Custos esses que não possuem uma forma de mensuração, dessa forma, a Contabilidade se detém em avaliar o custo econômico. Logo, no caso do estudante acima exemplificado, verifica-se que os sacrifícios incorridos têm por fim o objetivo de trazer benefícios futuros, aos quais chama-se de valor.

Sobre custo ou valor, Relvas (2008, p.11) enfatiza que trata-se de atributos representativos de um recurso: “o custo, enquanto sacrifício inerente à sua obtenção (entrada); e valor, enquanto benefício inerente à sua disposição (saída).” Complementando, Freri e Salotti (2013) discorrem que no momento inicial, custo e valor tendem a ser iguais.

Valor é algo inerentemente subjetivo, pois se refere ao futuro. Trata-se de algo que se tem conhecimento que existe, mas não há como se afirmar o valor verdadeiro. Logo, não há como ser exato ou justo, por isso que a Contabilidade faz uso de critérios de mensuração que têm por fim, a aproximação do verdadeiro valor econômico (KAM, 1986; GODFREY; HODGSON, 2006 apud MELO, 2012).

O estudo de Lustosa (2010) traça uma linha histórica da discussão entre custos e valor, trazendo a visão de grandes pesquisadores, que argumentam que a Contabilidade e suas contas devem refletir as alterações de valor, e outros que preferem o lucro econômico em detrimento do lucro contábil. Edwards e Bells (1961) apud Mohiuddin (2012) defendem que a Contabilidade deveria

avaliar seus ativos por um método de avaliação mais próximo do conceito econômico, que neste caso, seria o de custo de reposição, encontrado por meio da subtração do preço de entrada do custo corrente.

2.3 VALOR JUSTO

Segundo o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), Valor Justo é a quantia que seria recebida na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em função de uma transação entre participantes do mercado na data da mensuração. Tal conceituação, ao ser observada, permite constatar que o FASB opta pelo valor de mercado a preço de saída (MELO, 2012).

Em contrapartida, o *International Accounting Standards Board* (IASB) define Valor Justo como “o montante pelo qual um ativo poderia ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos”. Nota-se que para o IASB o Valor Justo é o resultado de uma negociação feita pelas partes envolvidas.

Pettersson et al. (2009, p. 247) discorre que “o objetivo da mensuração do Valor Justo é determinar o preço de saída de um ativo ou de um passivo”. Tratando desse aspecto, Martins (2001) esclarece que valor de entrada é aquele que é obtido no segmento de mercado de compra da entidade, e reflete a importância associada à obtenção dos recursos, enquanto que o valor de saída é obtido no segmento de venda e reflete a importância que o mercado dá ao recurso que a entidade possui. Cabe destacar que ambas as operações ocorrem sem que haja favorecimento para nenhuma das partes envolvidas na operação.

King (2008, p. 2) comenta que “*Transactions are based on current values. Transactions are never based on what you, the owner, might have paid for the asset several years ago.*” Ou seja, a operação deve ser realizada usando como base os valores atuais e não em valores pagos na aquisição do item envolvido na transação.

Em se tratando de valores atuais, o SFAS – 157 estabelece que, caso o ativo em questão não reflita as características das estimativas da administração, ou, se a situação financeira for de dificuldade, os preços de mercado não servirão de base. Dessa forma, se faz necessária a realização de ajustes, para que tal ativo avaliado a *fair value*¹ venha a refletir melhor o valor do ativo.

Ainda se tratando desse mesmo aspecto, Barth et al.(2010) explica que embora os valores mensurados a Valor Justo possam ser relevantes diante de um período de estabilidade no mercado, num período de instabilidade não se tem a mesma confiabilidade e relevância.

¹ Valor Justo no idioma Português. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5725>> Acesso em: 04 de maio de 2016.

O SFAS 157 é um pronunciamento do FASB que foi publicado em 2006, obrigatoriamente aplicado a partir de novembro de 2007, que traz conceitos acerca da mensuração pelo Valor Justo e acrescentou requerimentos de divulgação.

Para Pereira (2000) apud Fuji e Slomski (2003) o *fair value* (Valor Justo) parece ser a última grande revolução da contabilidade, pois, embora os valores obtidos pela mensuração a Valor Justo não sejam completamente verificáveis – haja vista serem estimados ou cotados a mercado, no momento, são a melhor forma de evidenciação da realidade dos itens patrimoniais que são expostos no balanço das empresas.

Sobre o SFAS 157, Lustosa (2010, p. 4) explica que “A norma define o que é Valor Justo, estabelece uma estrutura para mensurar esse conceito quando ele for requerido em qualquer pronunciamento e expande as exigências para o seu *disclosure*².” Complementando, sobre o SFAS 157, Barreto, Murcia e Lima (2012) discorrem que foi inspirado por tal pronunciamento que o *exposure draft* do IASB (2009) requereu que os itens mensurados a Valor Justo sejam segregados em três níveis, respeitando-se o grau de objetividade da informação de entrada. As respectivas divisões de níveis estão elencadas na Figura 1:

Figura 1: Níveis de Inputs



Fonte: Elaborado pelo autor – baseado em Melo Mendes (2014).

² *Disclosure*, ou divulgação de informações financeiras, é um termo contábil usado para descrever o processo de fornecimento do acesso público a informações financeiras de uma empresa com o objetivo de dar transparência a esses dados. Disponível em: < <http://www.contabeis.com.br/noticias/23226/o-que-e-disclosure-na-contabilidade/>> Acesso em: 08 de maio de 2016.

No nível 1 consideram-se os dados que são observáveis em um mercado ativo, como por exemplo, o preço cotado para um estoque que é identificável, ou vínculo em um mercado ativo. O nível 2 trata dos dados que são observados de outros mercados, como é o caso dos preços cotados para ativos ou passivos similares, seja em mercados ativos ou inativos. E, por fim, no nível 3, tem-se as estimativas da empresa que não são observáveis e incluem análise própria, onde relata-se os dados econômicos subjacentes em que os participantes do mercado avaliam o preço do ativo ou passivo em questão, fazendo uso de modelos matemáticos, também chamados de *mark-to-model* (MELO MENDES, 2014).

Sobre avaliação de ativos, Landsman (2005) discorre que alguns ativos não podem ser avaliados com tanta precisão e por isso deve-se considerar o equilíbrio entre confiabilidade e relevância nas informações obtidas com base no Valor Justo.

Barth (2010) comenta que usando uma única base de mensuração, no caso o Valor Justo – método esse que é identificado como o mais abrangente e internamente consistente, quando comparado a outras formas de mensuração - alguns dos problemas da mistura e bases de avaliação de ativos e passivos estariam corrigidos.

Verifica-se, então, que sempre houve uma grande discussão sobre as bases de mensuração empregadas na contabilização de ativos e passivos, contudo, se comparado aos outros métodos, o Valor Justo caracteriza-se como a base que fornece mais transparência e relevância das informações para os usuários.

2.4 IFRS 13

A IFRS 13, que versa sobre a Mensuração a Valor Justo, teve sua publicação em maio de 2011, e tornou-se vigente em janeiro de 2013. A norma trouxe uma nova definição de Valor Justo, contudo, semelhante a definição dada pela SFAS 157, uma vez que define-se como: “o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordinária entre participantes de mercado na data de mensuração.” Mendes (2014, p. 85) explica que:

Até pouco tempo atrás as IFRS eram consideradas sem detalhes em sua discussão dos métodos utilizados para determinar o FV (Valor Justo). Com a publicação do IFRS 13 *Fair Value Measurement – Unquoted equity instruments within the scope of IFRS 9 Financial Instruments*, em dezembro de 2012, a posição do IASB ficou mais robusta.”

Sayed e Salotti (2012) comentam que o conceito de Valor Justo encontra-se presente em várias normas internacionais, mas, até então, não existia um pronunciamento que versasse especificamente sobre esse assunto até a emissão da IFRS 13.

Ainda sobre a IFRS 13, Sayed e Salotti (2015, p. 63) comentam que “esta norma foi emitida a fim de ser um *framework* único para a mensuração e divulgação de itens que permitem ou que sejam obrigatoriamente mensurados e/ou divulgados ao Valor Justo.”

Visando promover o alinhamento das agendas dos órgãos, e a diminuição das diferenças entre esses, resultou-se na IFRS 13 – um projeto conjunto do IASB e FASB. A IFRS possui três partes principais, que são: a) Definição de Valor Justo; b) Estrutura conceitual única para mensuração ao Valor Justo; e c) Estabelecimento de requisitos de evidenciação (SAYED E SALOTTI, 2012).

Mendes e Freire (2014) argumentam que devido à convergência das normas contábeis e adoção do Valor Justo no processo de avaliação de determinados ativos e passivos, surgiu uma possibilidade de acontecer o gerenciamento de resultados, ou até mesmo, a manipulação de informações contábeis. Segundo os autores, devido os graus crescentes de subjetividade, existentes nos três níveis de avaliação das contas patrimoniais determinados pela IFRS 13, uma vez que os gestores escolhem o nível de avaliação pelo Valor Justo que deve ser aplicado aos seus respectivos ativos e passivos.

Ainda segundo Sayed e Salotti (2012) uma das novidades com a criação da norma, consiste na aplicação do Valor Justo em ativos não financeiros, onde a mensuração deve considerar o maior e melhor uso para o elemento em questão.

3 METODOLOGIA

Para realização desta pesquisa utilizou-se o método dedutivo, uma vez que segundo Prodanov e Freitas (2013) “de acordo com entendimento clássico, é o método que parte do geral e, a seguir desce ao particular”. Além disso, partindo do entendimento de Gil (2009), observa-se que por se tratar de um estudo que busca oferecer maior familiaridade com o problema identificado e tratar de uma perspectiva pouco explorada, classifica-se como uma pesquisa exploratória, bem como descritiva, porque traz descrições das percepções dos contadores do estado de Pernambuco quanto a utilização do Valor Justo como mecanismo de mensuração dos ativos e passivos. Descrições estas que foram obtidas por meio de aplicação de questionários de pesquisa, o qual foi elaborado com base nos pronunciamentos do FASB e IASB, CPC 46, e de afirmativas já utilizadas no questionário de Barreto, Murcia e Lima (2012), assim como a definição de educação continuada pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, as argumentações de Lustosa (2010) e Melo Mendes (2014).

Destaca-se também, que esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a qual foi aprovada, e está registrada sob o Parecer Consubstanciado nº: 1.792.243. Para validação do questionário, um pré-teste foi realizado com 12 contadores do estado de Alagoas.

A aplicação do questionário se deu por meio de rede de contatos, onde foram enviados 895 e-mails e estipulou-se o prazo de 30 dias para que fossem colhidas as respostas, e, ao final do mesmo, verificou-se a obtenção de 60 respostas.

Este trabalho coteja os principais estudos científicos publicados nos últimos anos sobre a convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade e tem sua fundamentação baseada nos pronunciamentos do FASB e IASB e no próprio CPC 46.

No tocante à abordagem do problema, esta pesquisa tem característica quantitativa, já que, conforme Diehl e Tatim (2004), considera-se uma abordagem quantitativa quando uma pesquisa é caracterizada pelo uso de quantificação na coleta e no tratamento das informações, por meio de estratégias estatísticas, objetivando garantir resultados. Contudo, ainda pode-se considerar que há uma abordagem qualitativa, uma vez que conforme o entendimento de Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa preocupa-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Em relação à percepção dos Contadores de Pernambuco sobre a utilização do Valor Justo (Fair Value) como mecanismo de mensuração de ativos e passivos, as respostas de 13,3% dos pesquisados foram desconsideradas por não terem relação com os objetivos desse trabalho, e as demais 86,7% foram filtradas e agrupadas por subdivisões para melhorar a compreensão do leitor.

Por fim, buscando identificar a relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas sobre os indicadores, realizou-se uma análise de regressão por meio do método *probit*. O método *probit* é utilizado para explicar o comportamento de uma variável dependente e lida com a probabilidade de um determinado evento ocorrer (GURAJATI, 2000). Além disso, é um modelo que admite a função de distribuição normal para expressar a relação não linear entre as probabilidades estimadas da variável dependente e as variáveis explicativas, e é estimado pelo método da Máxima Verossimilhança, um método de estimação não linear, onde, a variável dependente assume apenas dois valores possíveis (HILL; GRIFFITHS; JUDGE, 2000).

4 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa revelou que dos sessenta respondentes, 53% são do sexo masculino, e os demais 47% são do sexo feminino. Além disso, 53% da amostra tem entre 21 e 30 anos, 25% tem entre 31 e 40 anos, 13% tem entre 41 e 50 anos, e os demais 9% têm mais de 51 anos.

Observou-se que 58,33% dos contadores pesquisados concluíram a graduação há menos de 5 anos, outros 26,67% concluíram a graduação faz pelo menos 6 e no máximo 10 anos e os demais 15% concluíram a graduação há mais de 11 anos.

Com relação ao tempo de atuação, 50%, ou seja, 30 dos 60 contadores pesquisados, atuam na área há menos de 5 anos, 28,33% atuam há pelo menos 6 e no máximo 10 anos, 7% atuam há mais de 11 anos e menos de 15, enquanto que os demais 14,67% já atuam no mercado há mais de 16 anos.

A amostra foi composta por 35 bacharéis em Ciências Contábeis, o que representa 58,33% da mesma; outros 23,33%, ou seja, 14, são pós-graduados em Contabilidade ou áreas afins, e por fim, 11 mestres em Contabilidade ou áreas afins, o que corresponde à 18,33% da amostra.

Constatou-se que 88,3% dos contadores pesquisados conhecem o Valor Justo (*fair value*) e os demais 11,7% não o conhecem.

O programa de Educação Profissional Continuada (EPC) é oferecido pelo CFC e tem o fim de atualizar e aprimorar os conhecimentos dos profissionais. Quando perguntados sobre a participação em cursos de EPC, apenas 48,33% afirmaram já ter participado de pelo menos um curso, enquanto que os demais 51,67% nunca participaram de nenhum.

Ainda foi possível verificar que 30% dos pesquisados nunca leram o Pronunciamento Técnico de número 46, que trata especificamente do Valor Justo, 18,33% leram mas não compreenderam, e os demais 51,67% leram e compreenderam o mesmo.

Quatro entre os cinquenta e um pesquisados considerados nessa parte da pesquisa, afirmam que concordam com a utilização do Valor Justo na mensuração de ativos e passivos, contudo, enfatizam que o mesmo possui aspectos subjetivos. Outros quatro, afirmam que este método é “de fundamental importância para análise do patrimônio”, e que reflete a realidade da empresa, além de ser coerente e confiável.

Vinte e oito, ou seja, 54,90% dos pesquisados concordam com a utilização do Valor Justo, porém, salientam que trata-se de um “método eficiente, mas muito difícil de utilizar”. Além disso, destacam que falta capacitação e habilidade para aplicabilidade do método, enfatizando inclusive que durante o curso de bacharelado não foi oferecido conhecimento necessário para tal. Outros pesquisados dessa subdivisão além de concordarem com a MVJ, afirmam que trata-se de algo “positivo, pois possibilita o conhecimento do valor negociável de um ativo ou de um passivo, na hora da transação”, e que “acham válidos os três níveis de avaliação”.

Ainda nessa subdivisão, outros pesquisados comentam que de fato, o Valor Justo é um método “primordial para a verdadeira representação dos valores dos itens patrimoniais de uma entidade”, e complementam que é por meio do uso do Valor Justo que se encontra o valor de mercado dos ativos, haja vista que na maioria das vezes os mesmos são contabilizados pelo custo histórico e com o passar do tempo podem sofrer valorização que tornar-se-á conhecida após a aplicação desse método de mensuração.

Quatro pesquisados, o que representa 7,84% da amostra dessa pesquisa, discordam da utilização do Valor Justo na mensuração dos ativos e passivos, porque trata-se de um método “complexo, visto a necessidade de se levantar um cenário para avaliação dos itens” e nem sempre é possível fazê-lo. Bem como, dizem ser “um método ineficaz”, “inviável” e “difícil de ser utilizado”, por considerar informações do mercado.

Os sessenta entrevistados também foram questionados sobre a conceituação de Valor Justo pelo FASB, haja vista que o mesmo define como a quantia que seria recebida na venda de um ativo, ou transferência de um passivo, ou seja, escolhe-se o valor de mercado a preços de saída. Nesse sentido, 18,3% concordam totalmente, 38,3% afirmaram concordar com a conceituação do FASB, 23,3% concordam de forma parcial, 13,3% discordam parcialmente, e os demais 6,7% discordam deste conceito.

O IASB por sua vez, ao definir o Valor Justo, o considera como um montante pelo qual um ativo poderia ser negociado e um passivo liquidado, ou seja, não refere-se à valores de entrada ou saída. Diante disso, ao serem questionados, 18,3% dos contadores afirmaram que concordam totalmente com a conceituação do IASB, outros 33,3% também concordam, 25% concordam parcialmente, outros 16,7% discordam parcialmente, 5% discordam, e por fim, 1,7% discorda totalmente.

Lustosa (2010) discorda totalmente da conceituação de Valor Justo pelo FASB e da própria IFRS 13, afirmando, inclusive, que os valores mensurados com base nessa conceituação são incompletos ou incorretos e injustos. Quando questionados sobre o entendimento de Lustosa (2010), 11,7% dos pesquisados afirmaram que concordam totalmente com autor, outros 28,3% apenas concordam, 25% concordam mas de forma parcial, 23,3% discordam parcialmente, 8,3% discordam do autor, e 3,3% discordam totalmente.

O que corresponde a 23,3% dos respondentes afirmaram concordar totalmente que as informações geradas com base na MVJ são tempestivas e têm alinhamento com os objetivos do FASB e do IASB, outros 33,3% concordam, outros 20% concordam com parcialidade, 18,3% discordam mas com parcialidade, 3,3% apenas discordam, e por fim, 1,7% discorda totalmente.

No que tange à utilização do Valor Justo, 41,7% dos pesquisados afirmaram concordar totalmente que a utilização e aplicação correta do mesmo, depende do subjetivismo responsável, da maturidade das empresas e mercados, da governança corporativa e do preparo dos contadores e usuários da Contabilidade. Outros 28,3% também concordam e 20% concordam parcialmente. Os que discordam parcialmente são 5% dos pesquisados, 1,7% apenas discorda e os demais 3,3% discordam totalmente.

O CPC 46 esclarece que o Valor Justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade, mesmo havendo informações de mercado observáveis disponíveis para alguns ativos e passivos e para outros não.

Ao serem questionados sobre o pronunciamento, 20% dos contadores participantes da pesquisa concordam totalmente com o mesmo, enquanto que outros 31,7% apenas concordam e 26,7% concordam mas de forma parcial. Ainda nesse aspecto, 11,7% dos mesmos afirmaram que discordam, 6,7% discordam mas com parcialidade e 3,3% afirmaram que discordam totalmente.

Ainda se tratando do CPC 46, mas especificamente sobre sua declaração que ao ser realizada a MVJ, devem ser consideradas as características do ativo ou passivo (localização e restrições para venda ou uso, caso existam), 28,3% dos pesquisados concordam totalmente com o esclarecimento do pronunciamento, mais 30% concordam e outros 23,3% concordam parcialmente. Os que discordam são 13,3% e 3,3% são os que discordam parcialmente e por fim, 1,7% discorda totalmente.

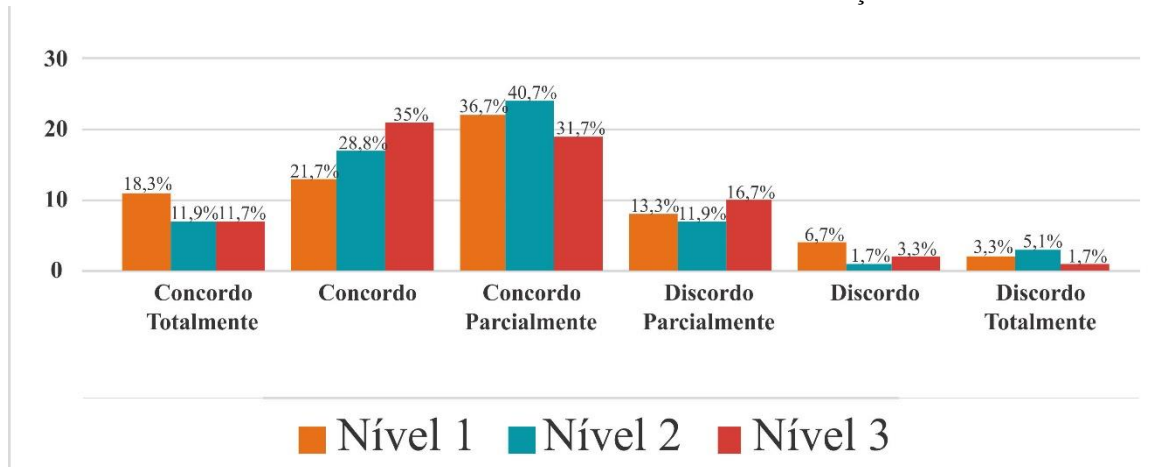
Dos contadores pesquisados, 31,7% afirmaram concordar totalmente que o problema de avaliação envolvendo subjetividade são as condições futuras, transações ou eventos, cujo resultado é incerto, já outros 18,3% apenas concordam, enquanto que 28,3% concordam parcialmente. 8,3% discordam e outros 8,3% discordam parcialmente, e 5% dos mesmos, discordam totalmente.

Ainda sobre a subjetividade, em particular sobre os ativos que não possuem parâmetros no mercado, 23,3% dos contadores participantes dessa pesquisa afirmaram concordar totalmente que o resultado encontrado por meio da MVJ pode ser impreciso, outros 23,3% apenas concordam com essa condição. 26,7% também concordam parcialmente com a possível imprecisão dos resultados obtidos nessa condição e outros 15% discordam, enquanto que 6,7% discordam parcialmente e 5% discordam totalmente.

Oito pesquisados, o que representa 13,3% do total, afirmaram concordar totalmente que a Contabilidade pelo Valor Justo cria um efeito espiral, haja vista que a mesma expõe o valor recuperável do ativo cada vez que este é reduzido, o que cria um novo patamar para negociações futuras. Outros dezessete, ou seja 28,3% dos participantes apenas concordam, enquanto que 31,7%, ou dezenove pesquisados, concordam com essa observação, mas com ressalvas. Os que discordam parcialmente representam 18,3%, ou seja, onze participantes. ou Quatro pesquisados, ou seja, 6,7% do total de participantes afirmaram apenas discordar, e um participante, que representa 1,7% dos mesmos, afirma discordar totalmente.

Por fim, ao serem questionados sobre os níveis de MVJ, obteve-se os resultados apresentados no gráfico 1:

Gráfico 1: Concordância com os Níveis de Mensuração



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Conforme evidencia o gráfico 1, no que diz respeito ao modelo de avaliação para MVJ no nível 1, 18,3% dos respondentes afirmaram concordar totalmente com a utilização de dados observáveis em um mercado ativo, outros 21,75 apenas concordam e 36,7% concordam parcialmente, os que discordam parcialmente representam 13,3% dos respondentes, enquanto que 6,7% apenas discordam, e 3,3% acham tal modelo inconsistente e inadequado, por isso discordam totalmente.

Quando se trata do nível 2, os modelos aplicados tratam de dados que são observáveis em outros mercados, sejam esses ativos ou inativos. Nessa condição, 11,9% participantes afirmaram concordar totalmente com tais modelos, outros 28,8% também concordam e 40,7% concordam de forma parcial, em contrapartida, 11,9% afirmaram que discordam com tais peculiaridades desses modelos, 1,7% discorda parcialmente e por fim, 5,1% discordam totalmente.

Já no que tange ao nível 3, 11,7% dos pesquisados afirmaram concordar totalmente com os modelos de avaliação para MVJ deste nível, outros 35% apenas concordam e 31,7% concordam de forma parcial. Entretanto, 16,7% dos pesquisados discordam e 3,3% discordam parcialmente. Por fim, 1,7% discorda totalmente.

Ainda analisando os dados obtidos por meio da aplicação do questionário da pesquisa, com o fim de buscar identificar a relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas sobre os indicadores, os resultados encontrados foram submetidos ao método *probit* e são apresentados na tabela 1:

Tabela 1: Método *Probit*

		Conhece o Valor Justo	Educação Continuada	Leu o CPC 46 e compreendeu	Não leu o CPC 46	Tempo de atuação: menos de 5 anos	Tempo de atuação: entre 6 e 10 anos	tempo de atuação: entre 11 e 15 anos	Tempo de atuação: mais de 21 anos	Bacharel em Contabilidade	Mestre em Contabilidade
Y ₁	β	1922908	-422546	-5869262	-3152323	6859578	5.946599	-4371065	4.049467	-20402	-9072054
	(p-v)	(0.801)	(0.000)***	(0.413)	(0.625)	(0.000)***	(0.000)***	(0.708)	(0.003)***	(0.680)	(0.264)
Y ₂	β	-1.258636	4.682635	339118	-2701878	5.737584	5.993489	-4.832304	-0.688276	-5600972	3096939
	(p-v)	(0.119)	(0.000)***	(0.664)	(0.703)	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.973)	(0.268)	(0.720)
Y ₃	β	3078284	4.927257	-6792069	-6441614	4.485084	5.451093	9.967777	5.394464	1572206	-3886295
	(p-v)	(0.705)	(0.000)***	(0.319)	(0.317)	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.743)	(0.629)
Y ₄	β	0131608	6.057299	1.152143	5330244	6.054733	5.662664	4.753646	-7861376	4001385	-1.355771
	(p-v)	(0.988)	(0.000)***	(0.171)	(0.491)	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.637)	(0.440)	(0.074)*
Y ₅	β	2.624991	4.724878	-4.242666	-4.565164	9.006634	10.76428	-12.80449	6.563644	2.043318	-7257601
	(p-v)	(0.036)**	(0.001)***	(0.014)**	(0.006)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.008)***	(0.003)***	(0.535)
Y ₆	β	2864626	6.282898	5828835	392433	6.219862	5.955838	5722222	5.469509	-2200964	-62988368
	(p-v)	(0.739)	(0.000)***	(0.453)	(0.569)	(0.000)***	(0.000)***	(0.648)	(0.000)***	(0.659)	(0.423)
Y ₇	β	-0292206	4.437581	259225	0278115	5.483124	6.230736	5.583304	8248361	3789434	2854831
	(p-v)	(0.972)	(0.000)***	(0.711)	(0.965)	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.645)	(0.444)	(0.726)
Y ₈	β	1.352931	-4.338678	-2559932	-1380452	5.334565	5.654157	10.00002	4.947322	-0200541	-1.136635
	(p-v)	(0.113)	(0.000)***	(0.711)	(0.828)	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.001)***	(0.968)	(0.133)
Y ₉	β	2196472	-7.245891	6789238	1.559799	3.846215	4.569357	9.942119	5.995947	670698	1.865935
	(p-v)	(0.789)	(0.000)***	(0.366)	(0.038)**	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.215)	(0.026)**
Y ₁₀	β	4199608	6.657145	4669444	-1076484	5.066192	4.534728		14.78839	-3639436	1.079226
	(p-v)	(0.655)	(0.000)***	(0.547)	(0.882)	(0.000)***	(0.000)***		(0.000)***	(0.491)	(0.218)
Y ₁₁	β	4456073	-3.719798	-6044106	-1.033761	4.894079	5.039853	9.323762	3.659864	-4282647	-1.185288
	(p-v)	(0.522)	(0.000)***	(0.403)	(0.102)	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.007)***	(0.344)	(0.134)
Y ₁₂	β	-7469262	-5.478036	-1647356	-8512546	2.12429	3.232594	1720504	3.612816	-1.31994	2979098
	(p-v)	(0.421)	(0.000)***	(0.859)	(0.320)	(0.106)	(0.001)***	(0.889)	(0.015)**	(0.032)**	(0.750)
Y ₁₃	β	1.61685	-2.766689	-1.801295	-2.332572	4.204218	4.606377	-1.151362	2.441046	-1.397441	-1.515346
	(p-v)	(0.074)*	(0.043)**	(0.017)**	(0.002)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.330)	(0.138)	(0.011)**	(0.071)*

Legenda: (p-v) < 0,1 = *; (p-v) < 0,05 = **; e (p-v) < 0,01 = ***

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Observando-se os resultados apresentados na tabela 1, verifica-se que os respondentes que conhecem o Valor Justo tendem a concordar com o conceito do FASB. Entretanto, os que participaram de cursos de Educação Continuada, tendem a não concordar com tal conceito, assim

como, os que leram o CPC 46 e o compreenderam. Verifica-se também que os contadores pesquisados que atuam há menos de 10 anos também são tendenciosos a concordarem com o conceito de Valor Justo do FASB, enquanto que os que atuam há mais de 11 anos e menos que 15, tendem fortemente a discordar.

No que tange ao conceito de Valor Justo do IASB, os resultados indicam que os participantes da pesquisa que conhecem o Valor Justo tendem a discordar do conceito do IASB, enquanto que os pesquisados que participam ou participaram de cursos de Educação Continuada tendem a concordar fortemente com o mesmo. Os participantes que atuam no mercado há menos de 10 anos tendem a concordar com a conceituação do IASB, já os que atuam há mais de 11 e menos de 15 anos, tendem a discordar fortemente do conceito discutido.

Quando questionados sobre a discordância de Lustosa (2010) em relação a definição de Valor Justo e das respectivas técnicas de avaliação, constata-se que os pesquisados que conhecem o Valor Justo tendem a concordar com as colocações do autor e, paralelamente a isso, os pesquisados que participam ou participaram de cursos de Educação Continuada tendem a concordar fortemente com Lustosa (2010), contudo, os mestres em Contabilidade tendem a discordar do autor.

Os entrevistados que participam ou participaram de cursos de Educação Continuada e os que atuam como contadores há menos de 15 anos, tendem a concordar fortemente que a escolha do Valor Justo como critério de mensuração de ativos e passivos é algo intrínseco aos objetivos do FASB e do IASB, já os mestres em Contabilidade que foram entrevistados são tendenciosos a discordarem da escolha deste critério, bem como, tendem a discordar também que a utilização correta do Valor Justo depende do subjetivismo responsável, da maturidade das entidades e do mercado, e do preparo dos contadores e demais usuários da Contabilidade.

Os contadores pesquisados que participam ou participaram de cursos de Educação Continuada e os que atuam há menos de 10 anos, são tendenciosos à concordarem fortemente com o que estabelece o CPC 46 quando o mesmo enfatiza que a MVJ é uma mensuração baseada em mercado, e não algo específico da entidade, assim como tendem a concordar fortemente quando o mesmo pronunciamento especifica que a MVJ destina-se a um ativo ou passivo e particular, e por ocasião da mesma, devem ser consideradas as características (localização, condição, restrições, etc) do item em questão.

Os bacharéis e mestres pesquisados tendem a discordar que o problema de uma avaliação que envolve subjetividade consiste nas condições futuras, transações ou eventos, os quais possuem resultados incertos. Já os que participam ou participaram de cursos de Educação Continuada tendem a discordar fortemente dessa condição. Em contrapartida, os mestres tendem à concordar.

Constata-se ainda que os mestres tendem a concordar, enquanto que os bacharéis tendem à discordar que a MVJ cria um efeito espiral cada vez que expõe o valor recuperável de um ativo, criando um novo patamar para as próximas negociações.

Tratando-se do aspecto dos níveis de avaliações para MVJ, verifica-se que os pesquisados que participam ou participaram de cursos de Educação Continuada tendem à discordar fortemente dos níveis 1 e 2. Já os que atuam há no mínimo 6 e no máximo 10 anos, tendem à concordar fortemente com o nível 2 de avaliação. Os profissionais que atuam há menos de 10 anos tendem à concordar fortemente com o nível de avaliação 3.

A tabela 2 apresenta a segunda e última parte dos resultados encontrados com a análise da relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas sobre os indicadores, observando os resultados obtidos por meio do método *probit*:

Tabela 2: Método *Probit*

		Tempo de Conclusão do bacharelado: entre 6 e 10 anos	Tempo de Conclusão do bacharelado: entre 11 e 15 anos	Idade: entre 21 e 30 anos	Idade: entre 31 e 40 anos	Idade: entre 41 e 50 anos	Idade: entre 51 e 60 anos	Conhece o VJ e participou de cursos de Educação Continuada
Y ₁	β	-4371065	6.862848	-5.934308	-5.534862	-4.986758	-4.716486	5.255223
	(p-v)	(0.702)	(0.000)***	(0.000)***	(0.002)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***
Y ₂	β	-4.830324	5.147276	-6.765086	-5.615409	-6.256809	-9010152	-3.929391
	(p-v)	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.004)***	(0.000)***	(0.509)	(0.000)***
Y ₃	β	-7393987	-4.302138	6.552836	6.655849	5.538631	6.137991	-4.894496
	(p-v)	(0.527)	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***
Y ₄	β	-5.846235	-2.931341	3.883312	3.507816	4.501822	10.52987	-5.052613
	(p-v)	(0.000)***	(0.006)***	(0.020)**	(0.043)**	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***
Y ₅	β	-12.80449	9.720389	10.89089	10.52686	4.858162		-4.066657
	(p-v)	(0.000)***	(0.000)***	(0.005)***	(0.007)***	(0.038)**		(0.007)***
Y ₆	β	5722222	6.398875	4.318883	4.5345	5.507464	3.996266	-5.463412
	(p-v)	(0.639)	(0.000)***	(0.008)***	(0.007)***	(0.000)***	(0.002)***	(0.000)***
Y ₇	β	-5.128388	-4.600335	4.755061	5.315056	5.317699	9.938175	-3.916733
	(p-v)	(0.000)***	(0.000)***	(0.002)***	(0.001)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***
Y ₈	β	-8102977	-3.765439	6.530876	6.033667	6.594802	6.414313	4.846892
	(p-v)	(0.471)	(0.002)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***
Y ₉	β	-6715756	-5.919435	5.462416	5.317901	4.13227	4.158212	6.866413
	(p-v)	(0.512)	(0.000)***	(0.001)***	(0.001)***	(0.001)***	(0.001)***	(0.000)***

Y ₁₀	β	11.79298		2.980822	2.892406	4.638295	-1.3704	-6.67315
	(p-v)	(0.000)***		(0.058)*	(0.072)*	(0.000)***	(0.223)	(0.000)***
Y ₁₁	β	-1.29421	-4.980043	6.265516	5.98675	6.915101	6.68282	4.664838
	(p-v)	(0.258)	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***
Y ₁₂	β	1720504	4.264982	4.595081	4.925441	4.779609	2.304433	6.444858
	(p-v)	(0.886)	(0.001)***	(0.014)**	(0.010)**	(0.001)***	(0.132)	(0.000)***
Y ₁₃	β	1.151362	6.201451	7.106142	6.791143	8.649136	7.309857	3.79438
	(p-v)	(0.316)	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.000)***	(0.003)***

Legenda: (p-v) < 0,1 = *; (p-v) < 0,05 = **; e (p-v) < 0,01 = ***

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Os resultados indicam que os contadores pesquisados que concluíram há mais de 6 anos tendem a discordar fortemente da conceituação do FASB sobre Valor Justo, em contrapartida, os pesquisados que conhecem o Valor Justo e participam ou participaram de Cursos de Educação Continuada tendem a concordar fortemente com o conceito do FASB.

Quando questionados sobre o conceito de Valor Justo do IASB, os contadores que concluíram o bacharelado há no mínimo 6 e no máximo 10 anos tendem a discordar fortemente do mesmo, diferentemente dos que concluíram o bacharelado há mais de 11 anos, os quais tendem a discordar fortemente do IASB. Ainda é possível constatar que os contadores conhecem o Valor Justo e participam ou participaram de Cursos de Educação Continuada tendem a discordar fortemente com o conceito do FASB.

Com relação aos argumentos de Lustosa (2010), os contadores entrevistados que conhecem o Valor Justo e participam ou participaram de Cursos de Educação Continuada tendem a discordar fortemente com o autor.

Verifica-se também que os participantes da pesquisa que têm mais de 41 anos tendem fortemente a concordarem que a MVJ está alinhada aos objetivos do FASB e IASB e tem o fim de gerar informações tempestivas e úteis à negociação das partes envolvidas. Ainda sobre esse aspecto, os pesquisados que conhecem o Valor Justo e participam ou participaram de Cursos de Educação Continuada tendem a discordar fortemente com essa condição.

Nota-se que os pesquisados que concluíram o bacharelado há mais de 6 e menos de 11 anos tendem a discordar fortemente que a correta utilização da MVJ está atrelada ao subjetivismo responsável e ao nível de maturidade das empresas e mercados, bem como, do nível de preparo dos contadores. Já os participantes que concluíram o bacharelado há mais de 11 anos tendem a concordar fortemente com essa condição.

Os respondentes da pesquisa, que conhecem o Valor Justo e participam ou participaram de Cursos de Educação Continuada tendem a discordar fortemente com o CPC 46, quando o mesmo

esclarece que a MVJ é baseada em mercado e não algo específico da entidade, mesmo que haja informações de mercado observáveis disponíveis para alguns ativos e passivos.

Ainda sobre o CPC 46, os pesquisados que concluíram o bacharelado há mais de 5 e menos de 15 anos, assim como os que conhecem o Valor Justo e participam ou participaram de Cursos de Educação Continuada tendem a discordar fortemente com o pronunciamento, quando o mesmo declara que na MVJ devem ser levadas em consideração as características do ativo ou passivo em questão.

Ao serem questionados sobre avaliações que envolvem subjetividade, os pesquisados que conhecem o Valor Justo e participam ou participaram de Cursos de Educação Continuada tendem a concordar fortemente que o problema dessas avaliações consiste nas condições futuras, nas transações e ou eventos, os quais possuem resultado incerto. Em contrapartida, os participantes da pesquisa que concluíram o bacharelado há mais de 11 anos, tendem a discordar fortemente com essa afirmação.

Constata-se também que os respondentes que concluíram o bacharelado há mais de 6 e menos de 10 anos tendem a concordar fortemente que a MVJ cria um efeito espiral cada vez que expõe o valor recuperável de um ativo, uma vez que o mesmo é reduzido, criando assim um novo patamar para as próximas negociações. Diferentemente desse grupo, os que conhecem o Valor Justo e participam ou participaram de Cursos de Educação Continuada tendem a discordar fortemente com essa argumentação.

Por fim, sobre os níveis de avaliação da MVJ, os pesquisados que concluíram o bacharelado entre 11 e 15 anos tendem a discordar fortemente dos critérios utilizados no nível 1, e concomitantemente tendem a concordar fortemente com os critérios dos níveis 2 e 3, e os pesquisados que possuem entre 41 e 50 anos tendem a concordar fortemente com os três níveis de avaliação.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo conclui que a percepção para a maioria dos contadores do estado de Pernambuco sobre a utilização da MVJ para ativos e passivos é que tal mecanismo é difícil e complexo, embora concordem com o mesmo.

Conclui-se também que embora a grande maioria do contadores conheçam o Valor Justo os mesmos não sabem utilizá-lo, uma vez que, segundo os mesmos, o assunto não fora contemplado durante seus respectivos cursos. Além disso, mais de 50% dos contadores nunca participaram de pelo menos um curso de Educação Continuada, o que certamente é um fator que contribui para a não familiaridade com o assunto, uma vez que tais cursos costumam trazer à discussão assuntos relacionados ao processo de convergência da Contabilidade brasileira às normas internacionais, inclusive a MVJ.

Ainda conclui-se que grande parte dos contadores não leram o CPC 46 ou leram e não o compreenderam, fator esse que também torna-se um agravante no tocante à não familiaridade com o assunto abordado nessa pesquisa.

Este estudo ainda evidencia que os contadores que concluíram seus bacharelados há menos de 10 anos conhecem melhor as particularidades do Valor Justo, o que pode ser explicado com o fato dos mesmos terem saído há menos tempo da graduação, e podem ter tido mais oportunidades de conhecer o mesmo.

Para realização deste trabalho algumas limitações foram encontradas, principalmente no levantamento dos dados, uma vez que a coleta se deu por meio de um questionário hospedado em uma plataforma digital e enviado por e-mail ao público-alvo. Além disso, diante dos prazos estabelecidos para finalização do mesmo, fez-se necessário limitar o prazo para recebimento de respostas em 30 dias. Por fim, uma outra limitação foi o acesso à obras na Língua Portuguesa que abordassem o tema proposto e com o mesmo enfoque.

Sugere-se então, que em trabalhos futuros sejam realizadas pesquisas com uma amostra maior para obtenção de dados ainda mais próximos da realidade, assim como, que sejam analisadas também as grades dos cursos de Ciências Contábeis, afim de verificar se as mesmas abordam este assunto, uma vez que muitos dos entrevistados afirmaram não ter estudado o Valor Justo durante a graduação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sergio Barcelos Dutra De. Valor justo (fair value) na regulamentação contábil brasileira, norte-americana e internacional. 2007. **Sistemas de Bibliotecas FGV**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5725>> Acesso em: 04 de maio de 2016.
- BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R. *How did financial reporting contribute to the financial crisis?*. **European accounting review**, v. 19, n. 3, p. 399-423, 2010. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09638180.2010.498619>> Acesso em: 28 e maio de 2016.
- BARRETO, Eric; MURCIA, Fernando Dal Ri; LIMA, Iran Siqueira. Impacto da mensuração a valor justo na crise financeira mundial: Identificando a percepção de especialistas em economia e mercado financeiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, p. 44, 2012.
- DA CUNHA SILVA FILHO, Augusto Cezar; MARTINS, Vinícius Gomes; MACHADO, Márcio André Veras. Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 4, p. 110-127, 2013.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: ifrs versus normas brasileiras**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FONSECA, C. B. Planos de opções de ações a empregados: valor justo de quando? – um estudo de caso. 2009. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

FRERI, M. R.; SALOTI, B. M. Comparabilidade de empresas administradoras de shopping centers no mercado de capitais brasileiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 26-45, jan./abr. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; JUDGE, George G.. **ECONOMETRIA**. São Paulo: Saraiva, 2000.

IONASCU, Mihaela. *Fair value measurements and earnings forecasts accuracy: Evidence for Romanian listed companies*. **Accounting and Management Information Systems**, v. 11, n. 4, p. 532, 2012. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/3252e1a397ae9d247418d32a6e9d6606/1?pq-origsite=gscholar>> Acesso em: 21 de abril de 2016.

IFRS FOUNDATION. **IFRS 13 – Fair value measurements**. Londres: IASCF Publications Department, 2011.

IASB - International Accounting Standards Board. **Fair Value Measurement**. Disponível em <<http://www.iasplus.com/en/standards/ifrs/ifrs13>>. Acesso em 12 de abril de 2016.

KING, Alfred M. **Executive's Guide to Fair Value: Profiting from the New Valuation Rules**. Nova Jersey, EUA: John Wiley & Sons, 2008.

LANDSMAN, W. R. Fair value accounting for financial instruments: some implication for bank regulation. **Workshop on Accounting Risk Management and Prudential Regulation**, BIS,

Basiléia, 2005. Disponível em: < <http://www.bis.org/publ/work209.pdf>> Acesso em 12 de abril de 2016.

LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. A (In) Justiça do Valor Justo: SFAS 157, Irving Fisher e GECON. In: **Congresso USP de Contabilidade e Controladoria**. Anais... São Paulo. 2010.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de Empresas: Da Mensuração Contábil à Econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO, Clayton Levy Lima de et al. Mensuração a valor justo: um estudo sobre a percepção dos professores e profissionais contábeis. **Revista Ambiente Contabil**, v. 4, n. 1, p. 138, 2012.

MELLO Lorena Costa de Oliveira; ARAUJO, Paolo Giuseppe Lima de. O efeito da subjetividade na mensuração de itens patrimoniais a valor justo por setor econômico. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2015.

MELO MENDES, Paulo César de Melo. **AUDITORIA DE VALOR JUSTO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: a percepção dos auditores na mensuração dos instrumentos financeiros**. 2014. 193 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Programa de Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Unb, Brasília, 2014.

MENDES, Paulo César de Melo; NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. A Percepção dos Auditores na Mensuração dos Instrumentos Financeiros a Valor Justo nas Instituições Financeiras. 2014. Disponível em: < <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos152015/16.pdf>> Acesso em: 04 de março de 2016.

MENDES, Carlos Jorge Fontainhas; FREIRE, Fátima de Souza. A governança corporativa e manipulação de informação contábil: mensuração a valor justo nos bancos comerciais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, p. 53-76, 2014.

MOHIUDDIN, Golam. Edwards & Bell's concept of profit: An empirical analysis on the basis of historical cost and current costing. **The Journal of finance and Accounting**, Published online June 10, 2014

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RELVAS, Tânia RS. Relação entre a mensuração contábil e a mensuração científica. In: **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. Anais... 2008.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. (Org.). **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

SÁ, Tatiane Silva et al. Impactos Do Impairment Test Nas Variáveis Contábeis E Nos Indicadores De Desempenho Das 50 Maiores Companhias Listadas Na Bm&fbovespa. **Revista de Contabilidade & Controladoria**, v. 7, n. 2, p. 93, 2015.

SAYED, Samir; SALOTTI, Bruno Meirelles. **O uso do valor justo e suas relações com os valores de mercado das instituições financeiras**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.

_____. O uso do valor justo e suas relações com os valores de mercado das instituições financeiras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 3, p. 15-37, 2015.